

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.652.823 - RS (2020/0014427-0)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**  
**AGRAVADO : CARMELIA LAURENCIA DA SILVA**  
**ADVOGADO : ALEXANDRE TEIXEIRA - PR044280**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, assim resumido:

PREVIDENCIÁRIO APOSENTADORIA RURAL POR IDADE  
TRABALHADOR RURAL REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR  
REQUISITOS LEGAIS PREENCHIMENTO INÍCIO DE PROVA  
MATERIAL COMPLEMENTAÇÃO POR PROVA TESTEMUNHAL  
CONSECTÁRIOS LEGAIS DA CONDENAÇÃO RE N 870947/SE  
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EFEITO SUSPENSIVO  
INDEFINIÇÃO DIFERIMENTO PARA A FASE DE CUMPRIMENTO  
TUTELA ESPECÍFICA IMPLANTAÇÃO IMEDIATA DO BENEFÍCIO

Alega violação do art. 55, § 3º, da Lei n. 8.213/91 e da Súmula n. 149 do STJ, no que concerne à prova material contemporânea ao período de carência para comprovação do exercício da atividade rural, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Dito de outro modo, a parte autora deveria comprovar o exercício de atividade rural num determinado período, de acordo com os limites dados pelos requisitos de idade e requerimento do benefício, entretanto, só apresentou documentos cujo conteúdo ou emissão não coincidem com este período, isto é, não são contemporâneos. (fls. 239).

[...]

No caso em apreço, embora tenho sido apontada a existência de prova material, verifica-se que ela é absolutamente extemporânea ao período que pretendido para averbação, o que equivale a dizer que inexistente prova para o período, atraindo a aplicação do entendimento deste E. STJ nos Temas 297 e 554, como, aliás, este Tribunal tem feito ao decidir monocraticamente a matéria, a exemplo do RESP 1.639.477/PR, RESP 1.647.496/PR e RESP Nº 1.624.653 RS, dentre outros. (fls. 239).

É o relatório. Decido.

Na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Em que pese a autarquia previdenciária ter afirmado inexistir provas materiais contemporâneas, observa-se do trecho retirado do voto que a autora juntou aos autos documentos que constituem início de prova material a fim de comprovar a sua condição de rurícola ao longo do período de carência. Além disso, em uma análise conjunta com os depoimentos das testemunhas ouvidas em juízo levaram a conclusão segura da condição de lavradora em regime de subsistência familiar da autora. (fl. 227).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ademais, no que concerne à alegação de violação à Súmula 149/STJ, não é cabível o recurso especial por ofensa a enunciado de súmula dos tribunais.

Assim, incide o óbice da Súmula n. 518 do STJ: “Para fins do art. 105, III, 'a', da Constituição Federal, não é cabível recurso especial fundado em alegada violação de enunciado de súmula”.

Nesse sentido: AgInt no REsp 1.532.990/MT, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 14/2/2019; AgInt no REsp 1724930/SP, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 22/8/2018; AgRg no AREsp 741.903/DF, relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe de 4/12/2015; e AgRg no AREsp 10.529/DF, relator Ministro Newton Trisotto (Desembargador Convocado do TJ/SC), Quinta Turma, DJe de 18/5/2015.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente